

1 **ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO**  
2 **HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 15 DE JULHO DE 2010, NO PLENÁRIO CONSELHEIRO**  
3 **EVARISTO GARCIA, SITUADO NA AVENIDA AFONO PENA, 2336, 14º ANDAR,**  
4 **FUNCIONÁRIOS.**

5 Aos quinze dias do mês de julho de 2010, foi realizada a reunião extraordinária do Conselho  
6 Municipal de Belo Horizonte, no plenário Conselheiro Evaristo Garcia, situado na Av. Afonso  
7 Pena, 2336, 14º andar, Funcionários. A Secretária Geral do Conselho Municipal de Saúde, Maria  
8 Cândida Lélis Moreira iniciou a reunião com a leitura da pauta: Informes gerais – 14h; Abertura e  
9 verificação do número de conselheiros presentes para início da reunião – 14h30; Informes da  
10 Mesa Diretora – 14h45; Apreciação e aprovação do “Projeto Olhar para o Brasil” - 15h15;  
11 Informes Gerais - 17h. A Conselheira Municipal de Saúde, Maria das Graças Souza Vieira  
12 informou que foi oferecido para alguns trabalhadores da enfermagem de cada unidade de saúde  
13 da regional Norte, um lanche especial, no centro cultural São Bernado, como gratificação aos que  
14 participaram da Campanha de Vacinação da Gripe A Influenza H1N1, e que isso gerou um certo  
15 desconforto nos outros trabalhadores, porque nem todos os funcionários foram convidados, e  
16 todos participaram da campanha. Ressaltou também as visitas realizadas no Hospital João XXIII.  
17 Informou que o diretor do hospital falou que está tudo bem no hospital, mais quando os  
18 conselheiros entraram nas dependências do hospital verificaram: paredes mofadas e com  
19 vazamento na cozinha; as enfermarias lotadas; pacientes sem privacidade nenhuma e não há  
20 Recursos Humanos suficiente. Ressaltou que o local do descanso médico era melhor do que o  
21 local de descaso dos técnicos de enfermagem. Perguntou sobre a entrega dos vales sociais,  
22 ressaltar que está pagando passagem do próprio bolso para comparecer às reuniões do CMSBH.  
23 A conselheira municipal de Saúde, Neide Vidal da Costa informou que não foi convocada para as  
24 visitas as unidades de saúde, sabia que as visitas estavam agendadas, mais não sabia do horário.  
25 Disse que o Conselho Local do Hospital João XXIII não é reconhecido pelos trabalhadores e  
26 usuários. Ressaltou que a maioria das pessoas desistiu de participar do conselho local, e quem  
27 comparece as reuniões com frequência e a conselheira distrital de saúde Oeste, Nilza e ela,  
28 solicita a correção do nome dela na lista de presença das reuniões do CMSBH . O conselheiro  
29 municipal de saúde, Adilson de Campos Braga informa sobre o vazamento de água debaixo da  
30 rede elétrica do Hospital João XXIII. Ressaltou que será elaborado um relatório sobre a visita ao  
31 hospital. Informou que o núcleo de apoio do centro de saúde Santa Rosa esta sem médico e sem  
32 enfermeira. O conselheiro municipal de Saúde José Brandão Maia disse que por uma falta de  
33 atenção, esqueceu de anotar a data e a hora das visitas às unidades de saúde, mais conhece  
34 muito bem às unidades da Rede FHEMIG e sabe dos desleixos e desmandos da entidade. Isso e  
35 uma pequena mostra do que ocorre todos os dias as unidades da FHEMIG. Ressaltou que são  
36 encontrados baratas e todos os tipos de insetos em setores que são armazenados comidas.  
37 Solicitou uma visita da Vigilância Sanitária ao local. Informou sobre o lixo hospitalar perto dos  
38 setores de nutrição dietética. A conselheira municipal de Saúde, Ana Maria de Matos disse sobre  
39 o descaso com os usuários nas unidades de saúde. Informa que a população tem que se inteirar  
40 sobre as leis e os direitos de cada usuário do SUS. O conselheiro distrital de Saúde da regional  
41 Noroeste, Claudemiro falou sobre a despedida do presidente do Conselho Distrital de Saúde  
42 Noroeste, Antônio Carlos dos Santos, onde estava presente a Gerente do Distrito Sanitário.  
43 Informa que já encaminhou ao conselho de saúde um documento solicitando ajuda para  
44 realização de exames médicos e não teve uma resposta positiva e teve que recorrer as outros  
45 recursos. Solicitou que o CMSBH tome providências sobre essa situação. O conselheiro distrital  
46 de Saúde da regional Oeste, Geraldo Florêncio informou que em 2002, todos os conselheiros  
47 participavam das plenárias do CMSBH, e hoje a plenária está esvaziada e os conselheiros atuais  
48 não estão preocupados com a saúde pública, e a população confia nos conselheiros para  
49 representá-los, e que os mesmos não tem que depender de vale transporte para fazer o controle  
50 social. Deixou um alerta para os novos, conselheiros. A conselheira municipal de Saúde Flávia  
51 Neves de Medeiros disse que está despidendo do CMSBH. Ressalta para que o pronto socorro não  
52 seja massa de manobra para nenhum grupo, pois o hospital e de toda a população e é um  
53 hospital público. Informa que e uns dos hospitais que acolhe os maiores problemas da cidade.  
54 Ressalta que o SND já foi reformado, e que acompanhou toda a visita dos conselheiros no  
55 hospital, tem mais de 300 leitos, e destes, 100 leitos esta como pacientes em tratamento. Informa  
56 que nas caixas de gorduras tinha insetos, mais as caixa de gordura foram abertas e já estão na

57 segunda parte da dedetização e no momento da visita ninguém achou inseto no local. Citou a fala  
58 do Carlos Lesa “ que tem mais ratos na cidade do que habitantes” e talvez estamos de olhos  
59 fechados para a realidade. Agradece a visita de todos e os participantes demonstraram  
60 compromisso permanente com a saúde. Ressaltou que o hospital tem o melhor topógrafo de Belo  
61 Horizonte, e tem vários equipamentos de primeira geração e não deveríamos menosprezar os  
62 projetos que foram executados com o consentimento do CMSBH, e lamenta que a situação de  
63 reforma possa gerar este mal estar. A conselheira municipal de Saúde, Ana Maria Caldeiras disse  
64 que a Vigilância Sanitária de Belo Horizonte fiscaliza hospitais públicos e privados. Informou que  
65 foi convidada a ser tornar conselheira de saúde, pelo seu trabalho de Pós Graduação, sobre a  
66 Vigilância Sanitária participação social e cidadania. Ressaltou que a comissão de conselheiros  
67 deveria solicitar á gerência de Vigilância Sanitária o relatório de expensão no Hospital João XXIII,  
68 porque a proposta de adequação está dentro do relatório da Vigilância Sanitária. Ressaltou que já  
69 fiscalizou o Hospital João XXIII, e que foram feitas vários destaques. Infelizmente nem todos os  
70 pontos foram adequados, e pede que o CMSBH seja parceiro da Vigilância Sanitária. O 1º  
71 Secretário do Conselho Municipal de Saúde Paulo César Machado Pereira se apresentou para o  
72 conselheiro Claudemiro como 1º Secretário da Mesa Diretora e representante do Secretário  
73 Municipal de Saúde Marcelo Gouvêia Teixeira, na Mesa Diretora do CMSBH. Ressaltou que  
74 essas visitas são muito positivas, sendo que e uma das funções do CMSBH, e ver *in locu* as  
75 condições de saúde que são oferecias em Belo Horizonte, seja nos hospitais ou nas unidades de  
76 saúde, exercitando esse papel e observado concretamente o que acontece é o que e preciso  
77 melhorar, e até mesmo para entender os processos do desenvolvimento do trabalho em saúde.  
78 Ressaltou que os lugares mais complexos são as unidades básicas de saúde, como as unidades  
79 de atenção secundária, urgência e emergência, e a maneira mais intensa de se fazer o controle  
80 social é visitando e procurando saber o que esta acontecendo nas unidades de saúde. Em  
81 relação a visita ao Hospital João XXII, solicitou que a comissão elabore um relatório, para que a  
82 Mesa Diretora dê sequência aos trabalhos. Disse que nem todos os hospitais da Rede FHEMIG  
83 têm toda a sua carga de atenção completa. Afirmou que a Rede FHEMIG e parceira do SUS/BH,  
84 e tem que se reportar a ela sobre as condições das unidades de saúde que os conselheiros  
85 encontram em suas visitas, para que as alterações sejam feitas. Mais ressaltou que o SUS tem  
86 um outro lado e que o sistema e bom em Belo Horizonte, que as pessoas vão as unidades de  
87 saúde e são atendidas, recebem um bom tratamento e elogiam o tratamento que e feito.  
88 Contestou que o SUS e somente o que e relatado recorrentemente no CMSBH, e citou uma fala  
89 de Carlos Matos que onde se diz que: “ Os recursos em saúde sempre faltam não vivemos em  
90 nenhum momento da historia bastança em recursos públicos”. Elogiou a fala do conselheiro  
91 distrital de Saúde Oeste Geraldo Florenço, sobre o papel dos conselheiros que participam  
92 efetivamente do controle social. Disse que estão em um momento de renovação e a fala do  
93 conselheiro Geraldo deve ser bem ouvida. Ressalta que o CMSBH necessita de pessoas que  
94 façam parte do trabalho de maneira efetiva e honesta. Disse que o SUS/BH em todos esses anos  
95 de construção não parou em nenhum momento. /Ressalta que o conselho nunca apurou uma  
96 denuncia de malversação do recurso do Fundo Municipal de Saúde, informou que estamos em  
97 um momento de somar, e não somente de queixa-nos fazer a queixa, apresentando o problema e  
98 o caminho da solução. Ressaltou que esse ano haverá eleição, e hora de escolher o candidato  
99 que melhor representa a população. Reiterou a questão do Centro de Saúde Santa Rosa, que  
100 não tem médico para ser lotado na unidade. Solicitou a todos, que conhecerem algum médico  
101 generalista que entre em contato com a gestão para contratação, na falta de um concursado.  
102 Informou que a homenagem para os trabalhadores do distrito Norte, que participaram da  
103 campanha de vacinação foi uma representação dos demais trabalhadores que se sentiram  
104 valorizados, disse que na SMSA também aconteceu isso, e seria muito difícil fazer um café para  
105 todos os trabalhadores na parte da manhã, pois os serviços nos centros de saúde ficariam  
106 descobertos, ressaltou que a pratica de recorrer a políticos para passar na frente da fila de  
107 consultas medicas, e deplorável, e a SMSA busca efetivamente impedir esses atos e sente que  
108 as necessidades e mais imediatas que a reposta, informa que a Gerente de Saúde Mental Mirian  
109 Abo – yd, encaminhou o relatórios da III Conferência Municipal de Saúde Mental Intersetorial, pelo  
110 jornal SIRIMIM, e também será encaminhado para os conselhos distritais de Saúde, informa que  
111 esse relatório será impresso junto com o Plano Municipal de Saúde, conforme acordado  
112 anteriormente. Maria Candida disse que acompanhou a visita ao Hospital João XXIII, e foi uma

113 iniciativa da Câmara Técnica de Gestão da Força do Trabalho e que o relatório da visita ao  
 114 Hospital João XXIII, será encaminhado a vigilância sanitária, ressaltou que realizaram esse visita  
 115 enquanto fiscalizadores de saúde, e viram que algumas obras ficaram mal feitas. A 2º Secretária  
 116 do Conselho Municipal de Saúde Kátia Valeria dos Santos Silva disse que concorda com a fala  
 117 dos conselheiros Adilson de Campos Braga e Ana Maria de Souza Matos, disse que o usuários  
 118 esta sendo muito prejudicado. Maria Candida solicitou que as representantes da SMSA, Gerente  
 119 do Centro Municipal de Oftalmologia, Kátia Magalhães Almeida Silva e Referência Técnica da  
 120 Rede Complementar, Ceila Silva iniciasse a apresentação do Projeto Olhar Brasil. Ceila Silva deu  
 121 inicio a apresentação, informou sobre os dados Epidemiológicos. Os problemas visuais, em  
 122 especial aqueles com erro de refração, respondem por grande parcela de evasão e repetência  
 123 escolar e por limitações na capacidade laborativa e de qualidade de vida. Considerando os dados  
 124 epidemiológicos disponíveis, existem, no Brasil, cerca de 30% das crianças em idade escolar e a  
 125 maioria dos adultos com mais de 40 anos apresentam problemas de refração. Tais percentuais  
 126 indicam a premente necessidade de se ampliar o acesso às consultas oftalmológicas e o  
 127 fornecimento de óculos pelo SUS-BH. A Portaria Interministerial MS/MEC nº 15 de 24 de abril de  
 128 2007, institui o Projeto Olhar Brasil com o objetivo de identificar e corrigir problemas visuais  
 129 relacionados à refração, facilita o acesso da população alvo do projeto à consulta oftalmológica e  
 130 aos óculos corretivos, corroborando a demanda já percebida neste município. Definição da  
 131 População Alvo e de Parâmetros de Atenção Municípes de Belo Horizonte alunos matriculados na  
 132 rede pública de ensino fundamental das séries 1ª ao 8º ano e no EJA Escolar; Alfabetizando  
 133 jovens e adultos do EJA-BH e Programa Brasil Alfabetizado (15 a 59 anos); População acima de  
 134 60 anos de idade; Parâmetros Aplicados ao Total da População Alvo.

#### Parâmetros de Necessidade para o Projeto Olhar Brasil

##### Município de Belo Horizonte

População	Consulta Parâmetro	Quantitativo	Óculos Parâmetro	Quantitativo
Alunos Escolas públicas ensino fundamental	206.503 30%	61.950	10%	6.195
Alunos Programa Brasil Alfabetizado e EJAs*	17.956 50%	8978	80%	7182
População maior 60 anos (SUS Dependente)	153.526 80%	122.821	50%	61411
<b>Total</b>	<b>377.985</b>	<b>193.749</b>		<b>74788</b>

\* *Brasil Alfabetizado (175) EJA (BH:2922; Escolar: 14859)*

135 Situação (Produção da Rede SUS-BH)

#### Consultas Oftalmológicas por Unidade Executante e Faixa Etária

##### Município de Belo Horizonte

Unidade	Total	6 a 15 anos	60 ou mais
Hospital das Clínicas da UFMG/ São Geraldo	39.669	5.627	14.031
Centro Municipal de Oftalmologia	36.774	6.000	9.830
Santa Casa de Belo Horizonte	34.378	3.029	13.000
Fundação Hilton Rocha	22.703	4.779	6.153
Núcleo Médico de Oftalmologia	5.275	200	1.597
Centro Oftalmológico de Minas Gerais	5.073	811	1.722
João XXIII	3.645	268	131
Eduardo de Menezes	617	9	130
Felício Rocho	69	0	24
<b>Total</b>	<b>148.203</b>	<b>20.723</b>	<b>46.618</b>

Fonte: SIA 2009

136 Metas Físicas e Financeiras ampliar em 25 % o número de consultas oftalmológicas tomando  
 137 como referência o ano de 2009. No quesito dispensação de óculos propõem-se como meta  
 138 dispensar óculos para os usuários desta população alvo que tiver necessidade e for atendida na

139 Rede SUS BH, com agendamento pela rede própria. Obs: a meta proposta para disponibilizar  
 140 óculos deverá compor percentual diferenciado da oferta das consultas, pois não se restringirá ao  
 141 acréscimo a partir dos dados de produção ano 2009, mas sim toda a população alvo atendida  
 142 incluindo o quantitativo atendido no citado ano.

### Anexo I

Metas Físicas e Financeiras para o Projeto Olhar Brasil								
Município de Belo Horizonte								
Público alvo	Meta				Tipo de Óculos			
	Consultas		Óculos		Monofocal		Bifocal	
	Produção SAI 2009	Acréscimo 25% <sup>1</sup>	Produção Consultas SIA 2009 acrescida em 25%	Quantitativo <sup>2</sup>	Parâmetro	Quantitativo	Parâmetro	Quantitativo
6 a 15 anos	20.723	5.181	25.904	2.590	95%	2461	5%	129
População Brasil Alfabetizado e EJA <sup>3</sup>					30%		70%	
60 anos ou mais	46618	11.655	58273	29.136	30%	8741	70%	20395
Total	67.341	16.836	82.907	31.726		11.202		20.524
Recurso Anual		R\$ 240.586,44				R\$168.030,00		R\$349.934,20
<b>Total Recursos (vigência projeto- 4 anos) R\$ 3.034.202,50</b>								

<sup>1</sup> Quantitativo equivalente à 25% das consultas oftalmológicas considerando produção registradas no SIA 2009 (destinadas à população alvo do projeto)

<sup>2</sup> Necessidade de óculos considerando parâmetro aplicados sobre a s consultas no SIA 2009 acrescida de 25% (destinadas à população alvo do projeto)

<sup>3</sup> Não há como identificar entre os usuarios atendidos quais eram alunos do EJA e Brasil Alfabetizado

Obs: valor consulta (consulta, tonometria e fundoscopia) 14,29; valor óculos: monofocal 15,00 e bifocal 17,05

Obs: periodicidade anual para consultas oftalmológicas e troca de óculos para criança e, as trocas de óculos para adultos será bianual

165 A triagem dos alunos do Ensino Fundamental e do Programa Brasil alfabetizado será realizada  
 166 pelos alfabetizadores dos programas Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens Adultos -EJA e  
 167 professores da rede pública de ensino. Conforme o anexo II da Portaria SAS 254 de 24 de  
 168 setembro de 2009, ficam isentos da triagem oftalmológica os indivíduos com idade igual ou  
 169 superior a 40 anos. A capacitação para triagem oftalmológica será realizada pelos profissionais  
 170 do Centro Municipal de Oftalmologia. A Consulta Oftalmológica os indivíduos triados e com  
 171 indicação de consulta, deverão procurar o Centro de Saúde próximo de sua residência, para  
 172 agendamento da consultas por meio do SISREG. Os óculos serão disponibilizados aos usuários  
 173 cuja consulta oftalmológica, destinadas à este projeto, resultar em prescrição para o seu uso, A  
 174 SMSA- BH, propõe fazer adesão ao registro de preços para aquisição de óculos a ser  
 175 providenciado pela SES- MG. A SMSA propõem que a distribuição dos óculos seja efetuada  
 176 diretamente entre fornecedores e a rede assistencial SUS- BH.O acompanhamento da execução  
 177 do projeto se dará trimestralmente no município A prestação de contas será enviada ao Ministério  
 178 da Saúde a cada 6 (seis) meses. OFTALMOLOGIA PEDIATRICA: Oferta mensal: 1800 consultas  
 179 Fila espera:2352 crianças, Tempo médio espera:02meses. OFTALMOLOGIA DIABETES, Oferta  
 180 mensal: 500 consultas/mês. Após a apresentação o conselheiro municipal de Saúde Rui Moreira  
 181 leu o parecer da câmara Técnica de Financiamento. PARECER CTF 033/10, A Câmara Técnica  
 182 de Financiamento do Conselho Municipal de Saúde, reuniu - se no dia 13 de julho de 2010, para  
 183 apreciar o Projeto Olhar Brasil, baseado na Portaria Ministerial MS/MEC N.º 15, de 24 de abril de  
 184 2007, apresentado pela Referência Técnica da Rede Complementar, Ceila Silva e pela gerente do  
 185 Centro Municipal de Oftalmologia, Kátia Magalhães Almeida Silva. Os conselheiros presentes  
 186 recomendam ao plenário do Conselho, a aprovação do projeto, com as seguintes ressalvas:Que  
 187 seja apurada a denúncia feita pela conselheira municipal, Walderez Alves Moreira, que o projeto  
 188 foi plagiado do documento apresentado pelo senhor Dalton Mendes, ao chefe de gabinete,  
 189 Marcos Mendes Carvalho;Que seja garantida a capacitação dos profissionais  
 190 envolvidos;Nomeação dos profissionais concursados. Belo Horizonte, 13 de julho de 2010. O  
 191 Coordenador da Câmara Técnica de Controle Avaliação e Municipalização Antônio Carlos dos  
 192 Santos fez a leitura do Parecer da CTCAM. PARECER CTCAM 035/10.A Câmara Técnica de  
 193 Controle, Avaliação e Municipalização do Conselho Municipal de Saúde, reuniu-se no dia 14 de  
 194 julho de 2010, para apreciar o Projeto Olhar Brasil, baseado na Portaria Ministerial MS/MEC N.º

195 15, de 24 de abril de 2007, apresentado pela Referência Técnica da Rede Complementar, Ceila  
196 Silva e pela gerente do Centro Municipal de Oftalmologia, Kátia Magalhães Almeida Silva. O  
197 senhor Dalton Mendes, esteve presente e explicou que o Projeto Olhar Brasil, não é uma cópia  
198 do Projeto de Unidade Móvel Oftalmológica, apresentado por ele ao chefe de gabinete, Marcos  
199 Mendes de Carvalho. Os conselheiros presentes recomendam ao plenário do Conselho, a  
200 aprovação do projeto. A conselheira municipal de Saúde Walderez Alves Moreira falou sobre a  
201 denúncia que fez disse sobre o Projeto Olhar Brasil e que não tinha conhecimento do projeto.  
202 Informou que encaminhou a pauta da reunião para todos os contatos do seu e-mail, ressaltou que  
203 o Senhor Dalton viu o tema da reunião, e achou o projeto era dele, porque o mesmo entregou um  
204 projeto parecido ao chefe de gabinete da SMSA, Marcos José Mendes de Carvalho, e como  
205 conselheira, foi averiguar para saber se era o mesmo projeto. A câmara técnica colocou essa  
206 ressalva no parecer. Informa que o Sr. Dalton e ela participaram da reunião da Câmara Técnica  
207 de Controle, Avaliação Municipal, e viram que o projeto era igual, mais na prática o projeto é  
208 diferente. Ressaltou que não está fazendo nenhum tipo de “motim” e o projeto tem que ser  
209 recomendado, conforme a necessidade dos usuários. O conselheiro municipal de Saúde, Welton  
210 Alexandre Santos sugeriu que retire essa questão da conselheira Walderez dos dois pareceres,  
211 para não ficar informações trucadas. Disse que os trabalhadores da área da saúde são muito  
212 críticos ao Projeto Saúde da Escola, e mais uma vez reforça que o Projeto Saúde na Escola não  
213 está bom. Ressaltou em relação ao teste de equidade visual, que percebe uma demanda muito  
214 grande das crianças que estão com dificuldade na escola. Disse que não ficou claro se há uma  
215 sobreposição do projeto da Secretaria de Estado que já fornece os óculos para a população e  
216 que percebe que pessoas do outro município estão usando Belo Horizonte. O conselheiro  
217 municipal de Saúde, José Brandão Maia disse que toda as vezes que solicitou uma informação  
218 sobre oftalmologia aos centros de saúde, eles não souberam repassar, ressalta que o Ministério da  
219 Saúde junto com o Ministério da Educação, fizeram o cálculo errado da população, e como ficará  
220 a questão de fornecimento de colírios. Disse que é uma questão que necessita ser considerada  
221 pelo Ministério da Saúde. solicitou que a gerência responsável divulgue as informações para os  
222 usuários, disse que Oftalmologia está escondida no município. Maria Cândida afirmou que a  
223 Secretaria do Estado da Saúde fornecia os óculos com armação antiquada e que o município não  
224 forneça os mesmos modelos. Rui Moreira falou sobre a questão da sobrecarga dos profissionais  
225 da educação, que levam os alunos até os centros de saúde. Solicitou que seja disponibilizado um  
226 ônibus para viabilizar a presença dos alunos nas consultas oftalmológicas. Ressaltou que os  
227 professores estão fazendo o papel dos pais. Paulo César agradeceu aos membros das câmaras  
228 técnicas, pois a apresentação do Projeto Olhar Brasil foi um pedido extraordinário, uma vez que  
229 viu a oportunidade de um novo recurso, de melhoria para os usuários do SUS, reitera sua  
230 primeira fala que o problema de oftalmologia já é de muito tempo, ressalta que os  
231 oftalmologistas fazem, parte de um grupo muito elitizado, e restringe o desejo dos médicos  
232 oftalmologista de trabalharem no serviço público. Informou que este projeto certamente não  
233 resolverá todos os problemas, e que no projeto Saúde na Escola os trabalhadores da saúde já  
234 solicitaram através da Mesa de Negociação do SUS, que o projeto seja discutido e reiterado.  
235 Citou a fala do conselheiro Rui Moreira de que os alunos estão indo as consultas com os  
236 professores porque os pais permitem, Ressaltou que a Oftalmologia deveria ser uma  
237 especialidade básica, porque sabemos sobre as necessidades dos usuários. Citou a fala do  
238 conselheiros José Maia, sobre a questão de disponibilizar colírios. Sugeriu que fosse realizadas  
239 campanhas de publicitárias para divulgar essa situação. Disse que esse projeto demonstra mais  
240 uma vez, que a Secretaria Municipal de Saúde está buscando alternativas para as soluções dos  
241 problemas. Disse que a questão do parecer é uma prerrogativa do plenário aprovar o parecer  
242 retirando uma parte que não tem nada a ver com a discussão. Kátia respondeu sobre os fluxos da  
243 escola, disse que todas consultas para especialidades são agendadas através do SISREG nos  
244 centros de saúde, e o fluxo de marcação para a oftalmologia para adulto, crianças e pessoas  
245 com Diabetes. Disse que no caso das escolas é feito atendimento três vezes por semana nas  
246 escolas da rede municipal. Esse fluxo foi acordado e encaminhado para a Secretaria de  
247 Educação. O número de consultas disponibilizadas por dia e a secretaria repassa as informações  
248 para as escolas, que encaminham as crianças nos ônibus para as consultas, portando o relatório  
249 de equidade visual da triagem e a autorização dos pais. A Secretaria de Educação contratou  
250 monitores para todas as escolas e o Centro Municipal de Oftalmologia realizará o treinamento

251 destes monitores na próxima semana para fazer o acompanhamento dos alunos. Ressaltou que  
252 para o centro de saúde o ônibus não é disponibilizado. No caso dos colírios já estão fazendo o  
253 levantamento para o fornecimento. Existe um fornecimento de colírio específico somente para os  
254 pacientes que tem Glaucoma,.Está sendo feita uma proposta para ao Ministério da Saúde, de que  
255 esses colírios sejam incluídos na lista de medicamentos das farmácias populares, com um preço  
256 mais acessível e para que mais pessoas sejam atendidas por meio deste benefício, porque o  
257 paciente que precisa do colírio tem que ir no ambulatório fazer a reavaliação do Glaucoma, para  
258 que seja entregue o colírio. Ressaltou que deve ser divulgado a questão da Oftalmologia. Disse  
259 que o Hospital Santa Casa de Belo Horizonte estava com problemas na entrega de colírio mais a  
260 situação já foi regularizada. Ceila informa que o Ministério da Saúde elabora o Projeto Olhar Brasil  
261 e distribui para os municípios, mais para os municípios que aderirem. O Estado deve participar do  
262 projeto. Ressaltou que os documentos estão CIB, disse que o Projeto Saúde na Escola é um  
263 projeto nacional, que abordagem das crianças nas escolas. Com o Olhar Brasil a população alvo  
264 são os alunos existe uma sobreposição neste sentido, mais não no sentido de pagamento duplo.  
265 O Olhar Brasil vai além da faixa de idade escolar. Disse que a proposta é diferente, não é levar o  
266 profissional de saúde para as escola, mais encaminhar o paciente para o consultório. Ressaltou  
267 que é um pacto de solidariedade, para que não seja sobrecarregado, nem a saúde, nem a  
268 educação, informou sobre as cotas pequenas de óculos que eram disponibilizados pelo Estado  
269 que foram ofertados apenas 300 óculos, o que não era o bastante. Por isso, que o Projeto Olhar  
270 Brasil é importante, pois serão ofertados 31 mil óculos por ano. Disse que fizeram umas  
271 armações mais adequadas. Ressaltou que deve ser colocado como recomendação para o Estado  
272 ficou atento para compra armações melhores. Ressaltou a questão da conselheira Walderez nos  
273 pareceres e disse que a ata da reunião do CMSBH, será encaminhada ao Ministério da Saúde, e  
274 seria mais tranquilo se não houvesse essa ponderação. Kátia informa que alguns pais  
275 acompanham as crianças nos ônibus, disse que para fornecer esse óculos eles dependem do  
276 recursos para realizar o projeto. Ressaltou que necessita da aprovação do CMSBH. José Brandão  
277 Maia solicita uma orientação para que os centros de saúde não coloquem questões dificultadores  
278 para a Oftalmologia. Kátia disse que a regional Noroeste foi o primeiro distrito que teve reunião  
279 com gerentes das unidades de saúde para falar sobre esse assunto, e que a regional Norte, se  
280 persistir essa situação por problema de fluxo que comunique para tentar resolver. Paulo César  
281 ressalta disse que ficou acordado a retirada das ponderações nos pareceres, e que sejam  
282 acrescentados nos pareceres a seguinte recomendação: que os modelos dos óculos a serem  
283 licitados sejam adequados as faixas etárias assistidas. Em regime de votação, o Projeto Olhar  
284 Brasil foi aprovado por unanimidade, juntamente pareceres das Câmaras Técnicas de Controle  
285 Avaliação e Financiamento com as recomendações sugeridas pelos conselheiros. Roges  
286 Carvalho disse que além da discussão dos vales sociais, que nos informes gerais, fosse também  
287 aprofundado a discussão do Hospital João XXIII, e que seja realizado um encontro dos  
288 conselheiros atuais com os conselheiros novatos, para discutir esses assuntos. Paulo César disse  
289 que a mesa não acata proposição do conselheiro Roges Carvalho, e com relação ao seminário  
290 entre os conselheiros, foi informado na reunião passada e será mantida a orientação. Disse que  
291 será retificado uma situação que foi dita na reunião passada, os conselheiros municipais de  
292 Saúde que pagaram passagem do próprio bolso, por não ter crédito no cartão BHBUS, nem o  
293 vale social, serão ressarcidos integralmente. A Secretaria Executiva do CMSBH, fez o  
294 levantamento de todos os conselheiros, para verificar a quantidade de vales que foram entregues,  
295 dos créditos que foram aferidos, das reuniões que estavam estabelecidas. Foi feita uma planilha  
296 com esses dados, sendo que até o dia 30 de junho foram disponibilizados vales social. Essa  
297 planilha será entregue para todos os conselheiros, a intenção da SMSA, junto com a Mesa  
298 Diretora era não fazer o ressarcimento com crédito, mais sim com o vale social, porque os cartões  
299 tem que ser resgatados para os novos conselheiros. Então como não será possível o  
300 ressarcimento com o vale social, e o quantidade de créditos a serem debitados nos cartões dos  
301 conselheiros que necessitam de ressarcimento não e uma cota grande, será retificado o que foi  
302 dito na reunião ordinária passada. Os conselheiros que estão com os cartões sem, créditos e não  
303 tiverem nada a receber, deveram entregar o cartão na Secretaria Executiva até o dia 12/08/2010,  
304 e terão créditos suficientes para operar ate o dia 12 de agosto. Aqueles conselheiros que por  
305 ventura têm créditos a serem ressarcidos e renovarão o mandato, terão o prazo também a até o  
306 dia 12/08, para usarem os créditos, e se por acaso os dado da planilha não conferirem, será

307 esclarecido posteriormente. Walderez Alves disse que esta quando o antigo presidente do  
308 CMSBH Willer Marcos Ferreira ficou sabendo desta questão sobre os créditos, ele disse que não  
309 teria ressarcimento, Walderez ressaltou que Willer Marcos não pode mais opinar. Perguntou para  
310 a Mesa se essa decisão foi um concessão dos atuais membros ou Willer também participou das  
311 discussões. A Mesa Diretora disse que Willer Marcos Ferreira está licenciado e não participa mais  
312 das reuniões e nem as tomadas de decisões das mesa diretora. Roges Carvalho disse que e  
313 inadmissível que usuários da saúde fiquem mais de 3 meses sem receber o vale. Ressaltou que  
314 os trabalhadores dos sindicatos podem até bancar as passagens das reuniões do próprio bolso,  
315 mais os usuários de saúde não têm como bancar as passagens. Disse que metade do controle  
316 social e feito pelos usuários, devem ser prestigiados pela SMSA. Sugeriu que essas discussões  
317 sejam feitas do ponto de vista do conselho. O conselheiro municipal de Saúde, Jorge Ribeiro do  
318 Nascimento Marques disse que o conselho distrital de saúde Oeste no mês de junho, recebeu  
319 somente 100 vales, e os conselheiros que irão ficar não deveriam entregar os cartões BHBUS.  
320 José Maia ressaltou que está com o cartão BHBUS acumulado e que utilizar os cartões somente  
321 para vir as reuniões do CMSBH. Paulo César disse que retificou no início da fala que os  
322 conselheiros de saúde não serão ressarcidos com vales social, que devem ser são usados  
323 somente em situações especiais. Ressalta que o ressarcimento será feito no cartão BHBUS, e as  
324 atividades externas, os participantes tem que trazer a declaração de presença para serem  
325 ressarcidos, disse que as pessoas que vão continuar obviamente não necessitam de devolver o  
326 cartão. Isso também serve para o conselhos distritais de saúde, portanto, ninguém vai ficar sem  
327 ser, ressarcidos. Os novos conselheiros irão usar um cartão retornável que e diferente que não e  
328 numerado, até que todos os conselheiros devolvam os cartões, e sejam repassadas para os  
329 novos conselheiros, disse que na semana passada foi feita a proposição para orientar o processo  
330 de renovação do CMSBH, no primeiro ponto de pauta o dia 12/08/2010, será feita uma avaliação  
331 da gestão, disse que terá uma reunião extraordinária demarcada que será realizada no dia  
332 19/08/2010, para fala a respeito do CMSBH, sobre as câmaras técnicas, quais os documentos  
333 não foram despachados, quais são as comissões, mudar as representações deste conselho,  
334 exatamente neste propósito, para providencia um processo de capacitação posteriormente. Rui  
335 Moreira disse que acha essencial fazer o levantamento das questões que não deram tempo de  
336 serem solucionas nas câmaras técnicas. Paulo César disse que isso foi discutido hoje na reunião  
337 da mesa diretora e encaminhado para todas as câmaras técnicas, que apresentem seus  
338 inventários. Estiveram presentes: Adilson de Campos Braga, Antônio Carlos dos Santos, Edson  
339 Felix da Silva, Heliana de Moura, José Brandão Maia, Kátia Valeria dos Santos Silva, Maria  
340 Candida de Lélis Moreira, Paulo César Machado Pereira, Roges Carvalho dos Santos, Romeu  
341 Pires de Araujo, Rui Moreira, Walderez Alves Moreira, Adir dos Santos Silva, Welson Alexandre  
342 dos Santos, Maria Cristina Fiúza da Rocha, Jorge Ribeiro do Nascimento, Rosimeire Rodrigues  
343 de Souza, Flávia Neves de Medeiros, Ana Maria de Souza Matos, Valdelice de Moura, Neide  
344 Vidal da Costa, Maria Inês Ribeiro Oliveira, Sandra Maria dos Santos, Ana Maria Caldeiras  
345 Oliveira, Maria das Graças Souza Vieira, Giovana Fraga Mantovani. Justificou: Aurinho de Mattos  
346 Ferreira, Hilda Maria Silveira, José Coelho dos Santos. Nada mais havendo a se tratar a reunião  
347 foi encerrada, da qual foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo  
348 Presidente e pela Secretária Geral do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, 15 de  
349 julho de 2010. **MCPB**